

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;

II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

III) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;

IV) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;

V) Deliberar sobre o enquadramento dos Srs. Paulo Iserhard e Roberto Faldini, e da Sra. Maria Cristina Capocchi Ricciardi, como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração da Companhia de acordo com os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022;

VI) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2025;

VII) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2025, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e

VIII) Caso aprovada a matéria do item "VII" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

I) Deliberar sobre a atualização do caput do art.3º do Estatuto Social, para adequar as atividades desenvolvidas pela Companhia, conforme consta na inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem emissão de novas ações;

III) Deliberar sobre a exclusão da alínea "o" do artigo 12º do Estatuto da Companhia para estabelecer que a aprovação de processos e procedimentos não é competência do Conselho de Administração;

IV) Deliberar sobre (a) a alteração dos artigos (a.i) 3º do estatuto social para refletir a atualização do objeto social da Companhia, e (a.ii) 5º para refletir a alteração do capital social da Companhia, se aprovado o aumento de capital proposto no item "II" acima; e (b) a exclusão da alínea "o" do artigo 12º, com a consequente atualização da numeração das alíneas subsequentes; e

V) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "IV" acima, se aprovadas, com as atualizações necessárias de numeração e referência cruzada.

Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"), que é facultado aos acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE, na forma do Art. 141, § 1º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeram a sua instalação, de acordo como artigo 4º da Resolução CVM 70.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que a AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital se apresentar como forma de reduzir o absenteísmo nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 21 de março de 2025 ("Proposta da Administração"); ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/605623853/auth>. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 19 de abril de 2025, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025.

Nos termos do artigo 27, §7º, da Resolução CVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.

Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

Com o JC a informação
chega até você!

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

**Crédito Real
Imóveis e Condomínios S.A.**
CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43.3.0001535 1
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.
Porto Alegre, 21 de março de 2025.
Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA



Escaneie o
QRCode e
acesse o
canal
do JC



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, às 15:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
- Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025.

Informamos, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia poderá instalar caso acionistas representando, no mínimo, (i) 2,0% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou (ii) 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4º da Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que a AGO será realizada de forma exclusivamente **presencial**, assegurando a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas e a administração da Companhia.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da decisão do I. Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGO: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser pessoal, ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 21 de março de 2025 ("Proposta da Administração").

Participação Presencial

Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGO, este deverá comparecer à AGO munido de documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF).

A Companhia requer que os acionistas que têm a intenção de se fazer representar na AGO por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, depositem o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação na sede da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGO.

Boletim de Voto

O boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") foi disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). As orientações detalhadas para o envio do Boletim de Voto estão mencionadas na Proposta da Administração.

A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação na AGO, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App
e conecte-se
à informação com
apenas um clique!

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2025 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Três Tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 22 de abril de 2025, às 10h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social da Companhia, situada na Avenida Principal, nº187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; (iii) Fixar em 7 (sete) o número de membros Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição; e (v) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar novo plano de opção de compra de ações da Companhia; e (ii) Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024 ("AGE 27/12/2024") e ratificar o Estatuto Social consolidado constante do Anexo II à respectiva ata, com a substituição por versão que reflete as alterações aprovadas na AGE 27/12/2024 com base no Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024. **Instruções Gerais:** (a) **Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **20 de abril de 2025**, os seguintes documentos: (i) **se pessoa física**, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) **se pessoa jurídica**, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e (iii) **se fundo de investimento**, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei nº 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/801646703/auth>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. (b) **Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: **Boletim de voto a distância ("BVD"):** Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia **18 de abril de 2025 (inclusive)**, manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. **Digitalmente:** os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação a distância na AGOE, até às 10h00 do dia **20 de abril de 2025**, com acesso pelo link <https://assembleia.ten.com.br/801646703/auth>. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2025. (c) **Voto múltiplo:** Em atendimento ao disposto no art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição da adoção de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, observada a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. (d) **Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. (e) **Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <https://ri.3tentos.com.br/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br>, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br> e no Ofício Circular Anual SEP 2025. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. (f) **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 21 de março de 2025
João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o
 QRCode
 abaixo e entre
 em contato:



PUBLICIDADE LEGAL

COPÉRNICO PARTICIPAÇÕES S/A							
CNPJ 03.956.426/0001-01 - NIRE 43.300.040.241							
Companhia Fechada							
Senhores Acionistas: A administração de Copérnico Participações S/A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. S ^{as} . as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de Março de 2025.							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em milhares de reais)							
ATIVO	N.E	2024	2023	PASSIVO	N.E	2024	2023
CIRCULANTE.....		171	171	CIRCULANTE.....		21	20
Impostos a compensar.....		171	171	Obrigações fiscais.....		21	20
NÃO CIRCULANTE.....		2.826	2.621	NÃO CIRCULANTE.....		1.216	1.012
Partes Relacionadas.....	4	2.826	2.621	Dividendos propostos a pagar... 5.d		1.216	1.012
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		1.760	1.760
				Capital social.....	5.a	300	300
				Reserva de ágio.....	5.b	1.400	1.400
				Reserva legal.....	5.c	60	60
TOTAL DO ATIVO.....		2.997	2.792	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		2.997	2.792
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em milhares de reais)							
Discriminação		Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros acumulados	Total	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....		300	1.400	60	-	1.760	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	221	221	
Dividendos propostos.....		-	-	-	(221)	(221)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....		300	1.400	60	-	1.760	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	204	204	
Dividendos propostos.....		-	-	-	(204)	(204)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....		300	1.400	60	-	1.760	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS							
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)							
	2024	2023					
RECEITA OPERACIONAL							
Despesas operacionais.....	(11)	(11)					
Resultado financeiro líquido.....	285	315					
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	274	304					
Imposto de renda e contribuição social	(70)	(83)					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204	221					
Lucro por lote de mil ações.....	R\$ 681,44	R\$ 735,84					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em milhares de reais)							
1. CONTEXTO OPERACIONAL							
A Copérnico S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.							
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.							
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS							
a) Apuração do resultado As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.							
b) Ativos circulante e não circulante Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de							
realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.							
c) Passivos circulante e não circulante Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.							
d) Imposto de Renda e Contribuição Social Estão calculados com base no lucro real, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e contribuição social de 9%.							
4. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS							
DISCRIMINAÇÃO							
Real Empreendimentos S/A							
	2024	2023					
	2.826	2.621					
O saldo no ativo não circulante refere-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes a juros de 99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.							
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 300, é composto de 300.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.							
b) Reserva de ágio - Refere-se ao aumento de capital ocorrido em agosto de 2000.							
c) Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.							
d) Dividendos - Conforme estatuto social, aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a de 25% do lucro líquido ajustado.							
A administração da sociedade propõe a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme abaixo:							
DISTRIBUIÇÃO							
	2024	2023					
Lucro líquido do exercício	204	221					
Reserva legal	-	-					
Lucro líquido base para cálculo dos dividendos	204	221					
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	51	55					
Dividendos propostos	204	221					
DIRETORIA							
Augusto Lauro de Oliveira Junior Luciano Adures de Oliveira Luis Eduardo Bastos dos Santos Marcelo Augusto Furlan dos Santos							
RESPONSÁVEL TÉCNICO							
Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)							



O jornal de economia e negócios do RS

ASSINE AGORA

Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300
WhatsApp: (51) 3213.1397
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433.00002942

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2025
Natalie Ardrizzo - Diretora

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S/A IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL										
CNPJ 92.192.236/0001-95 – NIRE 43.300.016.901										
Companhia Fechada										
Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. S ^{as} . as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de março de 2025.										
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023										
(Valores expressos em milhares de reais)										
ATIVO	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023					
CIRCULANTE			CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	53	152	Dividendos propostos/a pagar	785	1.229					
Dividendos a receber	1.234	1.313	Total do passivo circulante	785	1.229					
Total do ativo circulante	1.287	1.465	NÃO CIRCULANTE							
NÃO CIRCULANTE			Empresas ligadas (nota 5)	3.312	3.279					
Realizável a longo prazo				3.312	3.279					
Empresas ligadas (nota 5)	344	344	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Total realizável a longo prazo	344	344	Capital social (nota 6.a)	622	622					
Investimentos (nota 4.b)	23.314	22.891	Reserva de capital	6	6					
Total do ativo não circulante	23.658	23.235	Reserva de reavaliação reflexa	30	30					
Total do ativo	24.945	24.700	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa (nota 6.b)	(30.558)	(28.085)					
			Reserva de lucros (nota 6.c)	57.542	54.413					
			Ações em tesouraria	(6.794)	(6.794)					
			Total do patrimônio líquido	20.848	20.192					
			Total do passivo e patrimônio líquido	24.945	24.700					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023										
(Valores expressos em milhares de reais)										
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva legal	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	622	(6.794)	6	30	(14.998)	39.076	124	11.475	2.360	29.541
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(13.087)	-	-	-	2.360	(10.727)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.105	2.105
Dividendos propostos (R\$1.473,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(201)	-	-	(526)	(727)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	666	-	3.273	(3.939)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	622	(6.794)	6	30	(28.085)	39.541	124	14.748	-	20.192
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.473)	-	-	-	882	(1.591)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.996	2.996
Dividendos propostos (R\$2.096,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.129	-	-	(3.129)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	622	(6.794)	6	30	(30.558)	42.670	124	14.748	-	20.848
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO							
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)			(Valores expressos em milhares de reais)							
	31.12.2024	31.12.2023		31.12.2024	31.12.2023					
RECEITA OPERACIONAL			FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Resultado da equivalência patrimonial	2.980	1.990	Lucro líquido do exercício	2.996	2.105					
Receitas operacionais	49	150	Ajuste do Fluxo operacional:							
Despesas operacionais	(33)	(34)	Equivalência patrimonial	(2.980)	(1.990)					
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	2.996	2.106	Varição dos ativos	2.637	11.185					
Resultado financeiro líquido	-	(1)	Varição dos passivos	(2.226)	(10.270)					
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.996	2.105	Recursos líquidos das atividades operacionais	427	1.030					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.996	2.105	Fluxo das atividades de financiamento:							
Lucro por lote de mil ações R\$	8.384,54	5.892,57	Pagamentos de dividendos	(526)	(1.100)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(99)	(70)					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:	152	222					
(Valores expressos em milhares de reais)			Saldo no início do exercício	53	152					
1. CONTEXTO OPERACIONAL			Saldo no final do exercício	(99)	(70)					
A Ferragens Vianna S.A Importadora e Comércio em Geral é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			5. PARTES RELACIONADAS							
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.			Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.							
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
a) Apuração do resultado			a) Capital social							
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.			O capital social no valor de R\$ 622, subscrito e integralizado, é composto por 460.360 ações ordinárias, sendo 357.292 em circulação e 103.068 em tesouraria, todas sem valor nominal.							
b) Ativos circulantes e não circulantes			b) Ajuste de avaliação patrimonial							
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.			Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.							
c) Investimentos			c) Reserva de lucros							
Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.			• Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta conta atingiu o limite estatutário.							
d) Passivos circulantes e não circulantes			• Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.							
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.			• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.							
4. INVESTIMENTOS RELEVANTES			d) Dividendos							
O investimento relevante esta representando a participação societária na controlada Peroli S/A Participações e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2024.			Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.							
a) Informação sobre controlada:										
	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro						
Em 2023	20,325	101.834	100.598	9.791						
Em 2024	20,325	101.834	102.678	14.662						
b) Movimentação do Investimento:										
	Peroli S.A.	Outros	Total							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.945	1.807	32.302							
Reserva reflexa e outros	(10.727)	-	(10.727)							
Equivalência patrimonial de resultado	1.990	-	1.990							
Dividendos a receber	(674)	-	(674)							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.084	1.807	22.891							
Reserva reflexa e outros	(1.849)	-	(1.849)							
Equivalência patrimonial de resultado	2.980	-	2.980							
Dividendos a receber	(708)	-	(708)							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.507	1.807	23.314							
DIRETORIA										
Augusto Lauro de Oliveira Júnior										
Luciano Adures de Oliveira										
Sérgio Martins de Oliveira										
CONTADORA										
Mara Lúcia Soares da Fonseca										
CRC-RS 50.772										



Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:



Continuação		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	(1.426)				
O saldo dos depósitos judiciais apresenta-se líquido das presentes provisões prováveis constituídas:					
(-) Provisão para contingências.....	6.232				
Depósitos judiciais.....	4.806				
Em 31.12.2024.....					
(-) Provisão para contingências.....	(1.426)				
Depósitos judiciais.....	5.655				
Em 31.12.2023.....	4.229				
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
a) Capital social					
O capital social é de R\$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.					
b) Reserva Legal					
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R\$ 9.900 (R\$9.900 2023).					
c) Dividendos					
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.					
	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio a pagar	Total		
Em 31.12.2023.....	11.651	393	12.044		
Dividendos pagos.....	(16.696)	-	(16.696)		
Dividendos extraordinários.....	13.000	-	13.000		
Dividendos propostos 2024.....	4.057	-	4.057		
Em 31.12.2024.....	12.012	393	12.405		
	31.12.2024	31.12.2023			
Lucro líquido do exercício.....	13.526	14.259			
Base de cálculo dos dividendos.....	13.526	14.259			
Cálculo dos Dividendos.....	30%	30%			
Dividendos mínimos obrigatórios.....	4.057	4.277			
Dividendos propostos - 30%.....	4.057	4.277			
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.					
18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)					
A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:					
Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência	
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	MRS 56.717	Junho 2025	
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	MRS 10.000	Junho 2025	
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2025	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA		
Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Presidente)			Luciano Adures de Oliveira (Diretor Presidente)		
Ivon Luiz de Oliveira Júnior (Vice-Presidente)			Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor Vice-Presidente)		
Carlos Eduardo Francheschini Lobato			Luis Eduardo Bastos dos Santos (Diretor de Operações)		
Joaquim Luiz de Oliveira Júnior			Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro)		
Luciano Adures de Oliveira			RESPONSÁVEL TÉCNICO		
Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)			Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)		
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Aos					
Acionistas, Conselheiros e Administradores da Real Empreendimentos S.A. Porto Alegre - RS					
Opinião					
Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.					
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,					
Base para opinião					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.					
Outros assuntos					
Demonstrações do valor adicionado					
As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.					
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras					
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.					
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. 					
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.					
Porto Alegre, 21 de março de 2025.					
TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC RS nº 009308/F CVM 12.220					
Luiz Fernando Silva Soares Contador - CRCRS nº 33.964					

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 62,2% do capital social da Real Empreendimentos S.A.

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivios del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Organo Mineral NPK1.

Mercado orizícola

A safra do arroz em 2023/2024 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, safra 5,5% maior quando comparada à de 2022/2023. Ainda assim o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2024 foi de R\$ 111, superando em 20% os R\$ 92 do exercício de 2023. Já as expectativas para a safra 2024/2025 novamente indicam maior oferta de grãos. Volume previsto de 12,1 milhões de toneladas, 14,3% maior que a anterior, de 10,6 milhões de toneladas, com aumento de 6,5% da área plantada e também com aumento da produtividade (7,3%). O aumento contínuo dos estoques de passagem e a oferta doméstica substancialmente maior de matéria prima pressionará a queda no nível de preços de arroz para 2025, e sua recuperação ao longo do exercício dependerá do consumo, e da volatilidade do dólar e do desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2024 e 2023:

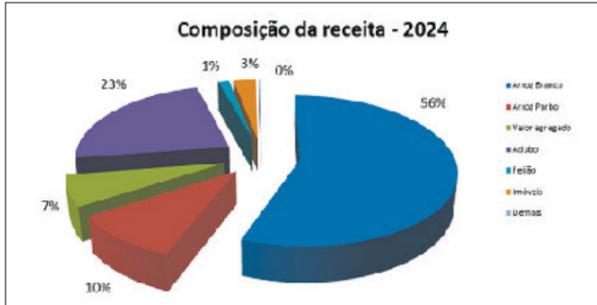
	2024 (R\$ Mil)	2023 (R\$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	2.385.271	2.277.741	107.530
Vendas Líquidas	2.212.219	2.119.154	93.065
Lucro Bruto	467.510	457.255	10.255
% LB s/VL	21,10%	21,60%	-0,5 pp
Ebitda	123.479	141.670	-18.191
% Ebitda s/VL	5,60%	6,70%	-1,1 pp
Lucro Líquido controladores	23.540	16.105	7.435
% LL s/VL	1%	0,70%	0,3 pp

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 8,3 milhões (R\$ 3,5 milhões em 2023) na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. Adicionalmente, houve no mês de novembro de 2024 a celebração de contratos de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 41,6 milhões, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R\$ 153 milhões, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Os contratos têm como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 2,4 bilhões no exercício.



Mercado externo

O dólar médio de 2024 foi de R\$ 5,40, 8% superior aos R\$ 5 de 2023. O maior dólar médio aumentou a competitividade do arroz brasileiro e sustentou o volume de exportações no exercício. A Companhia exportou R\$ 212 milhões em 2024, equivalentes a 8,9% da receita total, ante 8,2% em 2023 - quando exportou R\$ 187 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 21% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 468 milhões). A competitividade do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 123 milhões, representando 6% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 142 milhões ou 6,7% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2024 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 485 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 59 milhões, contra R\$ 98 milhões do ano anterior. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 269 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

Essa conjuntura de volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2024 atingiu R\$ 23,5 milhões (R\$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2023 foi de R\$ 16 milhões (R\$ 1.522 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 601 milhões contra R\$ 581 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca SupraSoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2024 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 2.869 mil e que será distribuído durante o ano de 2025.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4.b)	615.921	629.476	748.454	737.237	Fornecedores (nota 12)	101.444	164.403	102.128	165.029
Clientes (nota 6)	402.064	410.277	421.851	421.232	Instituições financeiras (nota 13)	644.902	514.407	644.902	514.407
Estoques (nota 7)	233.382	308.879	292.338	366.047	Arrendamento Mercantil	604	1.309	604	1.309
Adiantamentos a fornecedores (nota 8)	142.267	132.549	142.267	132.549	Obrigações sociais e tributárias	24.467	28.050	30.410	33.393
Impostos a compensar (nota 9)	67.369	83.273	67.608	83.497	Dividendos propostos (nota 16.e)	6.709	4.590	9.030	7.121
Outras contas	22.282	25.203	18.140	21.710	Cretores diversos	23.012	21.311	38.797	40.967
Total do ativo circulante	1.483.285	1.589.657	1.690.658	1.762.272	Provisão para contingências (nota 20)	11.214	14.464	53.725	36.623
					Outras contas	19.699	56.496	21.048	57.647
					Total do passivo circulante	832.051	805.030	900.644	856.496
NÃO CIRCULANTE									
Realizável a longo prazo									
Devedores diversos	-	-	25.657	10.559	Instituições financeiras (nota 13)	576.204	733.068	576.204	733.068
Coligadas (nota 14)	44.819	50.277	28.981	25.468	Arrendamento Mercantil	67	290	67	290
Créditos fiscais diferidos (nota 15.a)	42.531	44.216	42.531	44.216	Obrigações sociais e tributárias (nota 19)	6.274	13.657	6.274	13.657
Impostos a compensar (nota 9)	32.725	49.227	32.725	49.227	Impostos diferidos (nota 15.b)	17.887	14.588	25.314	22.080
Total do realizável a longo prazo	120.075	143.720	129.894	129.470	Outros débitos	475	475	34.651	14.726
					Total do passivo não circulante	600.907	762.078	642.510	783.821
Investimentos (nota 10)	268.745	247.755	321.630	326.025	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Imobilizado (nota 11)	160.132	165.518	162.801	168.356	Capital social (nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Intangível (nota 11)	1.841	1.873	1.876	1.908	Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Total do ativo não circulante	550.793	558.866	616.201	625.759	Ajuste de avaliação patrimonial (nota 16.d)	21.837	21.837	21.837	21.837
					Reserva reflexo controlada (nota 16.d)	137.193	136.053	137.193	136.053
					Reserva estatutária	187.665	170.276	187.665	170.276
					Reserva legal (nota 16.b)	22.931	21.755	22.931	21.755
					Subvenção para Investimentos (nota 16.c)	110.942	110.942	110.942	110.942
					Patrimônio líquido dos controladores	601.120	581.415	601.120	581.415
					Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	162.585	166.299
					Total do patrimônio líquido	601.120	581.415	763.705	747.714
Total do ativo	2.034.078	2.148.523	2.306.859	2.388.031	Total do passivo e patrimônio líquido	2.034.078	2.148.523	2.306.859	2.388.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)										
	Controladora				Consolidado					
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de Próprias	Reserva de Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal	Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022...	120.000	552	34.850	131.979	166.869	20.949	90.238	-	185.550	750.987
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(13.013)	-	-	-	-	13.013	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(376)	-	-	-	389	13	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.105	16.105	16.105
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.251)	(19.251)
Varição de participação em controlada	-	-	-	4.450	-	-	-	4.450	-	4.450
Dividendos propostos (R\$ 433,72 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(4.590)	(4.590)	-	(4.590)
Constituição de reservas	-	-	-	-	3.407	806	20.704	(24.917)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023...	120.000	552	21.837	136.053	170.276	21.755	110.942	-	166.299	747.714
Reflexo de controladas	-	-	-	(1.137)	-	-	-	1.734	597	597
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.540	23.540	23.540
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.714)	(3.714)
Varição de participação em controlada	-	-	-	2.277	-	-	-	2.277	-	2.277
Dividendos propostos (R\$ 633,96 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(6.709)	(6.709)	-	(6.709)
Constituição de reservas	-	-	-	-	17.389	1.176	(18.565)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024...	120.000	552	21.837	137.193	187.665	22.931	110.942	-	162.585	763.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS				
Venda de produtos, mercadorias e serviços líquidas das devoluções.....	2.259.152	2.172.971	2.324.013	2.224.895
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	139	(358)	139	(358)
Outras receitas operacionais.....	13.411	6.355	13.689	6.730
Insuficientes adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas.....	(1.543.129)	(1.451.685)	(1.545.394)	(1.452.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(378.371)	(387.300)	(414.191)	(410.856)
Valor adicionado bruto.....	(1.921.500)	(1.838.985)	(1.959.585)	(1.863.351)
Depreciação e amortização.....	351.202	339.983	378.256	367.916
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	(13.336)	(14.418)	(13.861)	(14.900)
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial:				
Receitas financeiras.....	337.866	325.565	364.395	353.016
Valor adicionado total a distribuir.....	120.963	115.358	135.201	129.409
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos.....	119.836	111.274	132.038	124.305
Impostos e contribuições.....	121.787	99.178	136.537	113.159
Juros e aluguéis.....	201.527	234.904	201.816	235.135
Dividendos propostos.....	6.709	4.590	6.709	4.590
Reserva de Lucros.....	16.831	11.515	16.831	11.515
Participação dos acionistas não controladores.....	-	-	5.362	6.153
Outros.....	303	(12.432)	303	(12.432)
	466.993	449.029	499.596	482.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício.....	23.540	16.105	28.902	22.258
Outros resultados abrangentes.....	2.277	4.450	2.277	4.450
Total do resultado abrangente do exercício.....	25.817	20.555	31.179	26.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.
A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 21 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.
Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:
• Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
• Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
• Copérnico Participações S/A – (indireta)
• Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
• Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
• Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
• Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) **Demonstrações financeiras consolidadas**
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:
• A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
• Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
• As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) **Moeda**
Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) **Utilização de estimativas**
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.
Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

d) **Eventos Climáticos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul**
Os eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul durante o mês de maio de 2024 resultaram em uma das maiores tragédias ambientais do estado. No que tange aos efeitos sofridos como um todo, pode-se registrar impactos sociais, econômicos e operacionais tanto diretos nas unidades e atividades, como indiretos na cadeia de atividades desenvolvidas pela companhia.
A Josapar teve a unidade própria de fertilizantes, localizada às margens do Arroio Pelotas, na cidade de Pelotas-RS, atingida pela inundação decorrente da cheia do Canal São Gonçalo. Tal planta, em que pese tenha passado os primeiros dias do mês de maio em atividade de contingência para aumento de proteção, remoção de produtos e mitigação de prejuízos, passou o restante daquele mês integralmente submersa e fora de operação.
O clima severo de abril e maio de 2024 também provocou a queda no recebimento de arroz verde para secagem e armazenagem, impactando em menor receita na prestação de serviços de secagem de grãos.
Houve também a quebra da safra dos produtores e fornecedores locais de matéria prima, e essa frustração parcial de áreas fez com que parcela das operações de financiamento aos produtores rurais e de venda de fertilizantes junto aos fornecedores de arroz (operações de CPR - Cédula de Produtor Rural) não tenham sido integralmente quitadas nas respectivas datas de vencimento, trazendo reparações para safra vindouras, onerando a necessidade de capital de giro operacional da companhia.

Outro ponto registrado nas operações foi o pontual aumento de custo logístico, por conta de bloqueios em rodovias, como a BR 116 e BR 392, que escoam a distribuição de nossos produtos para as regiões Sul e Sudeste. A companhia buscou caminhos do Paraná, São Paulo e Argentina para atender a demanda direcionada para a Unidade de Itaipu, enquanto a unidade vila princesa seguiu atendendo norte e nordeste por cabotagem via porto de rio grande. Em contrapartida a todos esses impactos, afora indenizações securitárias de danos diretos na unidade de fertilizantes, registramos, como antecipado pelo Comunicado ao Mercado do dia 18 de novembro de 2024, a celebração de contratos de financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 41.518, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R\$ 152.950, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Tal investimento tem como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.
A empresa revisou suas estimativas de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados e não há expectativa de ocorrência de valores futuros de perdas a serem registrados em decorrência dos eventos climáticos ocorridos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES
A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 estão descritas a seguir:
a) Alteração da norma IAS 21 - Falta de reversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de reversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
b) Emissão da emenda OCP 10 - A Resolução CVM nº 2223 torna obrigatório para as companhias de capital abertas a orientação do OCP 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (Tco2E), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiros, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. Esta resolução é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2025. Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.
c) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
d) Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro; divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço de transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
e) Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
f) Emissão da norma IFRS 19 - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) **Auração do resultado**
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualificado como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.
c) **Ativos e Passivos financeiros**
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:
• A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
• As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 68 dias.
• Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.
d) **Estoques**
Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.
e) **Imobilizado e intangível**
Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social - 34%).
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.
Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.
O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.
f) **Investimentos**
Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja reavaliação ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.
As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.
g) **Demais passivos circulantes e não circulantes**
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.
h) **Imposto de Renda e Contribuição Social**
Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.
i) **Provisões para contingências**
A Companhia constituiu provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.
j) **Arrendamento**
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
As operações da Companhia e suas controladas expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.
Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.
Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.
As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 68 dias e a perda reconhecida foi de 0,02% sobre o faturamento no período.
Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.
Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (*Impairment*).
O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.
O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativos:		
Matéria-Prima Fertilizantes.....	82.688	67.666
Contas a receber de clientes.....	45.603	30.748
	128.291	98.414
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos.....	(93.126)	(44.710)
	(93.126)	(44.710)
Exposição passiva líquida.....	35.165	53.704

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas.
Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário. Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseada na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.
Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.
O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.
Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.
Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2024 em R\$:

Risco: alta do CDI	CDI dez24: 12,25% a.a.	Cenários		
		Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato	12,25%	> 25%	> 50%	> 50%
		12,25%	15,31%	18,38%
		CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento
31/12/2024	R\$ 199.032	diversos	CDI	diversos
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato	R\$ -	R\$ 261.189	R\$ 278.175	R\$ 296.705
		R\$ -	R\$ 16.986	R\$ 35.516

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.
Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Clientes mercado interno.....	357.875	381.082	385.435	399.810
Clientes mercado externo.....	45.603	30.748	45.603	30.748
Provisão para perdas de créditos esperadas.....	(1.414)	(1.553)	(9.187)	(9.326)
Total.....	402.064	410.277	421.851	421.232

7. ESTOQUES	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Produtos acabados e semielaborados.....	114.512	143.436	114.512	143.436
Mercadorias para revenda.....	4.129	6.837	4.129	6.837
Matérias - primas.....	98.440	135.418	98.440	135.418
Outros.....	16.301	23.188	16.301	23.188
Imóveis.....	-	-	58.956	57.168
Total.....	233.382	308.879	292.338	366.047

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de arroz.....	139.279	130.065
Fornecedores diversos.....	2.989	2.484
Total.....	142.267	132.549

9. IMPOSTOS A RECUPERAR	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS (a).....	37.992	54.010	37.992	54.010
IRPJ/CSLL.....	14.618	17.792	14.857	18.016
ICMS a recuperar.....	14.759	11.471	14.759	11.471
Total.....	67.369	83.273	67.608	83.497
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL.....	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS e COFINS (b).....	30.489	46.917	30.489	46.917
Outros créditos.....	661	735	661	735
Total.....	32.725	49.227	32,725	49,227

(a) Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.
(b) Os créditos de PIS e COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.
Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.
A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
a) Informações sobre controlada				
	Número de ações	Participação de capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social líquido
Real Empreendimentos S. A.	210.926	62,1748	430.838	49.500
Josapar Internacional.....	50	100	381	310
b) Composição dos investimentos				
	Real Josapar Empreendi- cional	Internacional	Outros	TOTAL
				Propriedades para investimentos
				Outros
				TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023.....	246.967	298	490	247.755
Reflexos ajustes em controladas...	394	83	-	477
Equivalência Patrimonial.....	8.164	-	-	8.164
Compra de ações	22.954	-	-	22.954
Dividendos a receber.....	(10.605)	-	-	(10.605)
Propriedades para Investimentos.....	-			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
Controladora
Valor residual em 31 de dezembro de 2022
Adições
Baixas
Transferências
Depreciações
Valor residual em 31 de dezembro de 2023
Adições
Transferências
Depreciações
Valor residual em 31 de dezembro de 2024
Consolidado
Valor residual em 31 de dezembro de 2022
Adições
Baixas
Transferências
Depreciações
Valor residual em 31 de dezembro de 2023
Adições
Transferências
Depreciações
Valor residual em 31 de dezembro de 2024

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	176	61.867	2.494	15.869	203.824
Adições	-	-	-	-	1.057	1.481	348	2.886
Baixas	(18.377)	(8.363)	-	(7)	(3)	-	(175)	(26.925)
Transferências	-	115	-	-	299	(965)	551	-
Depreciações	-	(2.778)	(1.608)	(23)	(7.184)	-	(2.674)	(14.267)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	146	56.036	3.010	13.919	165.518
Adições	-	-	853	-	624	6.306	131	7.914
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.653)	(11)	(6.948)	-	(2.086)	(13.300)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	7.509	80.793	703	135	49.859	9.169	11.964	160.132

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos, 2025:8%, 2026:8%, 2027:8%, 2028:8%, 2029:8% e o restante 60%, nos 8 anos restantes.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital**

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) **Reserva Legal**

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 74% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) **Subvenções para Investimentos**

A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registra o montante de R\$110.942 (R\$ 110.942 em 2023).

Os valores registrados no período são transferidos para a conta "Subvenção para investimentos", em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e adicionados pelas alíquotas vigentes.

e) **Dividendos**

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

As ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do exercício	23.540	16.105
Reserva legal	(1.177)	(805)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	22.363	15.300
Dividendos propostos - 30%	6.709	4.590

Os dividendos propostos correspondem a R\$633,18-(R\$433,19 em 2023) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 696,50-(R\$476,51 em 2023) por lote de mil ações preferenciais.

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

Controladora	Consolidado					
Marcas e patentes/direito de uso	Softwares	Total				
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.826	198	2.024	1.861	198	2.059
Adições	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(151)	(151)	-	(151)	(151)	-
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.826	47	1.873	1.861	47	1.908
Adições	-	4	4	-	4	4
Amortizações	(36)	(36)	-	(36)	(36)	-
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.826	15	1.841	1.861	15	1.876

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes. Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamentos. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 31.12.2024 incluem o valor de R\$703, referente ao direito de uso arrendado aluguéis.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	13.844	13.841	13.844	13.841
Imposto de renda diferido	28.687	30.375	28.687	30.375
Total	42.531	44.216	42.531	44.216

b) **Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	(4.732)	(3.862)	(7.336)	(6.489)
Imposto de renda diferido	(13.155)	(10.726)	(17.978)	(15.591)
Total	(17.887)	(14.588)	(25.314)	(22.080)

c) **Composição da despesa tributária**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Corrente	(2.957)	(2.374)	(5.741)	(4.992)
Contribuição social	(8.011)	(6.423)	(15.580)	(13.591)
Imposto de renda	(10.968)	(8.797)	(21.321)	(18.583)
Diferido	371	3.789	371	3.789
Contribuição social	(674)	8.644	(674)	8.644
Imposto de renda	(303)	12.433	(303)	12.433
Total	(11.271)	3.636	(21.624)	(6.150)

d) **Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	34.811	12.469	50.526	28.408
Eliminações - ajustes efeito controlada	-	-	5.362	6.153
Total	34.811	12.469	55.888	34.561

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial - Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2025
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho/2025
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho/2025
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2025
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.500 cabotagem 650 rodoviário	Junho/2025
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Junho/2025
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Junho/2025

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante	6.676	7.075
PRR (FUNRURAL)	320	332
PERT (IRPJ e CSLL)	668	-
LITÍGIO ZERO 2024 - PLZ (PIS/COFINS)	6.668	-
Total do circulante	7.664	7.407
Passivo não circulante	2.929	11.373
PRR (FUNRURAL)	1.917	2.284
PERT (IRPJ e CSLL)	1.428	-
LITÍGIO ZERO 2024 - PLZ (PIS/COFINS)	6.274	13.657
Total do não circulante	13.938	21.064

Neste exercício a Companhia incluiu débitos no programa Litígio Zero 2024-PLZ no valor de R\$2.096, que somados ao PRR - Parcelamento Rural Lei 13.606/2018 e o PERT Lei 13.496/2017 totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está demonstrado, atualizado e líquido das parcelas pagas, na rubrica obrigações sociais e tributárias, passivo circulante e não circulante.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$165.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para contingências	13.526	16.821	61.806	44.636
(-) Depósitos judiciais	(2.312)	(2.357)	(8.081)	(8.013)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	11.214	14.464	53.725	36.623

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Matéria-prima Arroz	58.701	76.934	58.701	76.934
Matéria-prima Insumos Agrícola	18.377	61.057	18.377	61.057
Outros	24.366	26.412	25.050	27.038
Total	101.444	164.403	102.128	165.029

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Passivo circulante

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Moeda Interna	1.870	3.947
Financiamentos para investimentos	127.409	82.297
Crédito Rural - recursos livres	422.497	383.453
Capital de giro	551.776	469.697
Total	1.103.552	939.394

Moeda estrangeira

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Capital de giro-FINIMP	93.126	44.710
Total	93.126	44.710
Total do circulante	644.902	514.407

Passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Moeda Interna	14.472	15.274
Financiamentos para investimentos	20.990	140.909
Crédito Rural - recursos livres	540.742	576.885
Capital de giro	576.204	733.068
Total do não circulante	1.252.408	1.466.136

Vencimentos de longo prazo

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
2025	365.244	465.498
2026	116.772	184.393
2027	94.188	83.177
2028 a 2038	576.204	733.068
Total do não circulante	1.152.408	1.466.136

Investimentos em moeda nacional

Indexador	Taxa
Pré-fixado	6,00%a.a.
Investimentos em moeda nacional TLP-IPCA	2,97%a.a.
Investimentos em moeda nacional SELIC	3,97%a.a.
Capital de Giro - FINIMP VC US\$	7,49%a.a.
Capital de Giro CDI	2,37%a.a.

a) **Empréstimos nacionais:**

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA - BNDES e UMBN-DES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas - spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

b) **Empréstimos no exterior:**

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 15.039 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber (*)	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	523	-	9.513	-
Peroli Participações S.A.	15.013	-	-	16.265
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.903	-	-	2.903
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	2.256
Outros	1.509	-	-	2.256
Em 31 de dezembro de 2023	50.277	-	9.513	25.468
Real Empreendimentos S.A.	1.991	(10.439)	10.084	-
Peroli Participações S.A.	18.510	-	-	19.762
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.936	-	-	2.936
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	2.239
Outros	1.492	-	-	2.239
Em 31 de dezembro de 2024	55.258	(10.439)	10.084	28.981

(*) Registrado em outras contas a receber no ativo circulante.

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Presidente)	Luciano Adures de Oliveira (Diretor-Presidente)
Luciano Adures de Oliveira (Vice-Presidente)	Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)
Ary Teixeira de Oliveira Carlos Eduardo F. Lobato Jorge Alberto Zugno Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)	Luis Augusto Barcellos Krause (Diretor Comercial e Operacional) Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro)
	CONTADORA
	Mara Lúcia Soares da Fonseca CRC-RS 50.772



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações Porto Alegre - RS

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Obrigações financeiras Em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R\$ 1.221.106 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$ 644.902 mil e R\$ 576.204 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 79% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$ 281.676 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UIMPCA - Unidade Monetária do IPCA - BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes

de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F

CVM 12.220

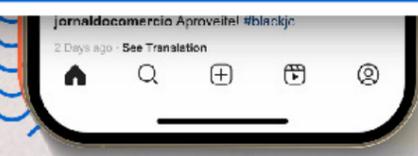
Luiz Fernando Silva Soares

Contador – CRCRS nº 33.964

Jornal do Comércio 91 ANOS

O jornal de economia e negócios do RS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E DECIDA COM CONFIANÇA.



Telefone: (51) 3213.1300
WhatsApp: (51) 3213.1397
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES									
CNPJ 01.093.994/0001.09 - NIRE 43.300.034.381 - Companhia Fechada									
Senhores Acionistas: A Administração de Peroli S/A Participações, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.S.s. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de março de 2025.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023									
(Valores expressos em milhares de reais)									
ATIVO					PASSIVO				
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2024	31.12.2023			31.12.2024	31.12.2023			
Dividendos a receber	944	4			606	2.422			
Impostos a compensar	4.394	3.002			3.981	3.189			
Total do ativo circulante	5.338	3.019			4.587	5.611			
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo									
Empresas ligadas (nota 5)	27.902	24.902				606			
Total do realizável a longo prazo	27.902	24.902			44.608	38.111			
Investimentos (nota 4.b)	118.633	117.005			44.608	38.717			
Total do ativo não circulante	146.535	141.907			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Total do ativo	151.873	144.926			Capital social (nota 6.a)	101.834	101.834		
					Reserva de capital	18	18		
					Reserva de reavaliação reflexa	322	322		
					Ajuste avaliação patrimonial controlada (nota 6.b)	(150.343)	(138.178)		
					Reserva de lucros (nota 6.c)	245.650	231.405		
					Ações em tesouraria	(84.803)	(84.803)		
					Total do patrimônio líquido	102.678	100.598		
					Total do passivo e do patrimônio líquido	151.873	144.926		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023									
(Valores expressos em milhares de reais)									
Reserva de capital					Reserva de lucros				
Reserva de capital					Reserva reflexa de subvenção				
Capital social					Reserva legal				
Ações em tesouraria					Lucros acumulados				
Correção monetária do capital					Total				
Reserva de reavaliação reflexa									
Ajuste de Avaliação patrimonial									
Reserva para investimentos e capital de giro									
Reserva para investimentos									
Reserva legal									
Lucros acumulados									
Total									
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	101.834	(94.803)	18	322	(73.791)	144.870	56.457	11.993	146.900
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(55.682)	-	-	-	(55.682)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(8.705)	-	-	-	2.904
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	9.791	9.791
Dividendos propostos (R\$74,68 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(990)	-	-	(2.325)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	2.481	16.104	490	(19.075)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	101.834	(94.803)	18	322	(138.178)	146.361	72.561	12.483	100.598
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(11.453)	-	-	-	(11.453)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(712)	-	-	-	2.353
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.662
Dividendos propostos (R\$ 111,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.482)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13.512	-	733	(14.245)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	101.834	(94.803)	18	322	(150.343)	159.873	72.561	13.216	102.678
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)					(Valores expressos em milhares de reais)				
RECEITA OPERACIONAL					FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado da equivalência patrimonial					Lucro líquido do exercício				
Despesas operacionais					Ajuste do Fluxo operacional:				
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITO FINANCEIRO					Equivalência patrimonial				
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					Variação dos ativos				
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					Variação dos passivos				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					Recursos líquidos das atividades operacionais				
Resultado por lote de 1.000 ações - R\$					Fluxo das atividades de financiamento:				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					Pagamentos de dividendos				
					Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa				
					Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
					Saldo no início do exercício				
					Saldo no final do exercício				
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023									
(Valores expressos em milhares de reais)									
1. CONTEXTO OPERACIONAL					5. PARTES RELACIONADAS				
A Peroli S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.					Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.				
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.					a) Capital social				
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$101.834, é composto de 43.723.876 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo 31.137.462 ações em circulação, e 12.586.414 ações em tesouraria, todas sem valor nominal.				
a) Apuração do resultado					b) Ajuste de avaliação patrimonial				
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.					Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.				
b) Ativos circulantes e não circulantes					c) Reserva de lucros				
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.					• Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.				
c) Investimentos					• Reserva para investimentos e capital de giro - Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.				
Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.					• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos - Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.				
d) Passivos circulantes e não circulantes					d) Dividendos				
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.					Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.				
4. INVESTIMENTOS RELEVANTES					Lucro líquido do exercício				
O Investimento, esta avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2024.					Reserva legal				
a) Informação sobre controlada:					Base de cálculo dos dividendos				
JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participação direta (%)					Dividendos mínimos obrigatórios (25%)				
Em 2023					Dividendos propostos				
Em 2024									
b) Movimentação do Investimento:									
Saldo em 31 de dezembro de 2022									
Compra de Ações									
Ajuste a Valor de Mercado									
Reserva reflexa outros									
Equivalência patrimonial de resultado									
Dividendos a receber									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
Compra de Ações									
Ajuste a Valor de Mercado									
Reserva reflexa outros									
Equivalência patrimonial de resultado									
Dividendos a receber									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									



Assine o JC impresso e receba em casa conteúdos exclusivos!

Jornal do Comércio

Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2019, que retificou as Assembleias Gerais Ordinárias de 2016, 2017 e 2018 para fazer constar, especificamente, as contas de reserva para as quais parte do lucro foi destinado e ratificou no restante. 2. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2024 que retificou as Atas das Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado, e ratificou no restante. 3. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 4. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 5. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, imperativamente, até o dia **27 de abril de 2025 (inclusive)**, mediante acesso ao link https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista_wcoconsentimento.aspx?CtxW0IdnQS4JAqUx1h1BXdSJKuV1Ph9IXXK1j-iWzDpk3er2xq2BCbCEbzpiN. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita que os acionistas apresentem o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, com instrumento de mandato. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital/>. (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até às 23h59min do dia 25 de abril de 2025. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022 ("RCVM 70"). Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para fins do art. 4, da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os acionistas e a administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos. Porto Alegre, 25 de março de 2025. Eduardo Silva Logemann - **Presidente do Conselho de Administração.**



ASSINE AGORA



Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300
WhatsApp: (51) 3213.1397
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br